



RELATÓRIO ANUAL DE DADOS

NÚCLEOS DE ENFRENTAMENTO AO
TRÁFICO DE PESSOAS (NETP'S)

E POSTOS AVANÇADOS DE ATENDIMENTO
HUMANIZADO AO MIGRANTE (PAAHM'S)





RELATÓRIO ANUAL DE DADOS
Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP's) e
Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHM's)

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO RELATÓRIO

Nome:	Daniel Formiga, Brendah Rocha e Maitê Sousa.
Órgão:	Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e participação Popular - SEDIHPOP
Unidade da Federação:	Maranhão
Dados referentes ao EXERCÍCIO de:	2022
Observações:	



MONITORAMENTO DOS CASOS DE TRÁFICO DE PESSOAS

1- QUANTIDADE DE VÍTIMAS ATENDIDAS

Finalidade ¹ Lei nº 13.344/16, Art. 149-A	Quantidade de vítimas atendidas ²
Remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo	0
Trabalho em condições análogas à de escravo	190
Qualquer tipo de servidão	0
Adoção ilegal	0
Exploração sexual	1
TOTAL	191
Observações: Os dados apresentados correlacionam o crime de Tráfico de Pessoas ao de Trabalho Análogo ao de Escravo, com base na Lei 13.344/2016.	

¹ A finalidade está de acordo com o art. 149-A, incisos I, II, III, IV e V, da Lei nº 13.344/16.

² Havendo vítimas identificadas em mais de uma finalidade, o gestor deverá indicá-la em apenas uma das finalidades e descrever o caso no campo de observações.



2- IDADE

Finalidade (Lei nº 13.344/16, Art. 149-A)	Até 12 anos incompletos	12 a 18 anos incompletos	18 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	Acima de 60 anos	Não informado
Remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo								
Trabalho em condições análogas a de escravo								
Qualquer tipo de servidão								
Adoção ilegal								
Exploração sexual				01				
TOTAL				01				190



3- COR/RAÇA³

Finalidade (Lei nº 13.344/16, Art. 149-A)	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Não informado
Remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo						
Trabalho em condições análogas a de escravo						190
Qualquer tipo de servidão						
Adoção ilegal						
Exploração sexual	01					
TOTAL	01					190

³ Registrar informação conforme documento de identidade da vítima. Caso não haja, o dado deverá ser colhido conforme autodeclaração da vítima.



4- SEXO

Finalidade (Lei nº 13.344/16, Art. 149-A)	Feminino	Masculino	Ignorado/ Não informado
Remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo			
Trabalho em condições análogas a de escravo	14	176	
Qualquer tipo de servidão			
Adoção ilegal			
Exploração sexual	01		
TOTAL	15	176	



5- IDENTIDADE DE GÊNERO

Finalidade (Lei nº 13.344/16, Art. 149-A)	Cisgênero ⁴	Travesti	Mulher Transexual	Homem Transexual	Não se aplica ⁵	Sem info ⁶	Outros: ⁷
Remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo							
Trabalho em condições análogas a de escravo	190						
Qualquer tipo de servidão							
Adoção ilegal							
Exploração sexual	01						
TOTAL	191						

⁴ Cisgênero: Indivíduo que se identifica com o seu sexo biológico (gênero de nascença).

⁵ Utilizar no caso de criança.

⁶ Utilizar no caso de não ter conseguido coletar essa informação.

⁷ Utilizar no caso da vítima se identificar com outro termo de identidade de gênero não descrito na tabela



6- SITUAÇÃO CONJUGAL/ ESTADO CIVIL

Finalidade (Lei nº 13.344/16, Art. 149-A)	Solteiro (a)	Casado (a)/ União estável	Separado (a)/ Divorciado (a)	Viúvo (a)	Não se aplica ⁸	Sem Info
Remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo						
Trabalho em condições análogas a de escravo						190
Qualquer tipo de servidão						
Adoção ilegal						
Exploração sexual	01					
TOTAL	01					190

⁸ Utilizar no caso de criança.



7- ESCOLARIDADE

Finalidade (Lei nº 13.344/16, Art. 149-A)	Não Alfabetizado	Estudou até 05 anos completos	Estudou até 08 anos completos	Estudou até 12 anos completos	Ensino Superior incompleto	Ensino Superior completo	Pós-Gradua do	Sem inf.
Remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo								
Trabalho em condições análogas a de escravo								
Qualquer tipo de servidão								
Adoção ilegal								
Exploração sexual								
TOTAL								191



8- RELAÇÃO DA VÍTIMA COM O ALICIADOR

Finalidade (Lei nº 13.344/16, Art. 149-A)	Amigo/colega/ vizinho/conhecido	Cônjuge/ companheiro/ namorado	Familiar	Superior hierárquico no trabalho	Desconhecido	Sem inf.
Remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo						
Trabalho em condições análogas a de escravo						
Qualquer tipo de servidão						
Adoção ilegal						
Exploração sexual						
TOTAL						191



9- MEIO UTILIZADO PARA O ALICIAMENTO

Finalidade (Lei nº 13.344/16, Art. 149-A)	Contato pessoal	Anúncio em meio de comunicação/ Aplicativo de mensagens instantâneas.	Anúncio/ Redes sociais na internet	Agência de viagem	Agência de emprego	Agência de relacionamento	Uso de grave ameaça, violência ou coação	Sem inf.
Remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo								
Trabalho em condições análogas a de escravo								
Qualquer tipo de servidão								
Adoção ilegal								
Exploração sexual								
TOTAL								191



10- MOTIVAÇÕES PARA MIGRAR

Motivações para migrar	Remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo	Trabalho em condições análogas a de escravo	Qualquer tipo de servidão	Adoção ilegal	Exploração sexual	Total
Oferta de trabalho						
Estudo						
Melhoria da situação financeira pessoal/ da família						191
Violência doméstica e /ou familiar						
Reunião familiar						
Processo transsexualizador (transformações do corpo)						
Desejo de ter uma vida no exterior						
Desejo de ter uma vida em outra cidade						
Casamento						
Não se Aplica						
Sem informação						



11- TRÁFICO DE PESSOAS INTERNO X INTERNACIONAL

Finalidade (Lei nº 13.344/16, Art. 149-A)	Interno	Internacional
Remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo		
Trabalho em condições análogas a de escravo	190	
Qualquer tipo de servidão		
Adoção ilegal		
Exploração sexual		01
TOTAL	190	01

11.1.1 - UF ONDE A VÍTIMA FOI ALICIADA

[illegible]



11.1 – TRÁFICO INTERNO

11.1.2 – UF ONDE A VÍTIMA FOI EXPLORADA

Finalidade (Lei nº 13.344/16, Art. 149-A)	A C	AL	AP	A M	BA	CE	DF	ES	G O	M A	M T	MS	M G	PA	PB	PR	PE	PI	RJ	RN	RS	RO	RR	SC	SP	SE	TO	N/I
Remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo																												
Trabalho em condições análogas à de escravo													43											60	18	10		
Qualquer tipo de servidão																												
Adoção ilegal																												
Exploração sexual																												
TOTAL													43											60	18	10		



11.2 TRÁFICO INTERNACIONAL

11.2.1 NACIONALIDADE DA VÍTIMA⁹

Finalidade (Lei nº 13.344/16, Art. 149-A)	Brasileira	Nacionalidade 2	Nacionalidade 3	Nacionalidade 4	Nacionalidade 5	Nacionalidade 6	Nacionalidade 7
Remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo							
Trabalho em condições análogas à de escravo							
Qualquer tipo de servidão							
Adoção ilegal							
Exploração sexual	01*						
TOTAL	01						

*Brasileira vítima de tráfico de pessoas na Bélgica.

⁹ Campo aberto para os Coordenadores dos Núcleos e Postos colocarem as nacionalidades, conforme realidade de cada região.

12. UTILIZA QUAL FORMULÁRIO PARA REALIZAR O ATENDIMENTO À VÍTIMA DE TRÁFICO DE PESSOAS?

- a. () Formulário de Atendimento dos Núcleos e Postos Avançados (N&P);
b. (X) Formulário próprio do estado, município ou Distrito Federal;
c. () Outro. Qual? _____

**PREVENÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO PÚBLICA E GERAÇÃO E DIFUSÃO DE
CONHECIMENTO (ASSUNTOS RELACIONADOS AOS GT'S 2 E 3)**

13. REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS

13.1 O que foi produzido para essas campanhas (seja em parceria ou sem parceria)? E em qual quantidade?

Nº	Material Produzido	Sim	Não	Quant.
01	Folders	x		01 digital
02	Cartilhas		x	
03	Cartazes		x	
04	Faixas		x	
05	Banners		x	
06	Spots de rádio		x	
07	Vídeos		x	
08	Outros, _____ _____	especificar:		

14. REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÕES E SENSIBILIZAÇÕES

	Tema da CAPACITAÇÃO/ SENSIBILIZAÇÃO	Data/ Horário	Local	Público Alvo	Nº de participantes
1	Reunião Ampliada do Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - CEPETP. Pauta: Tráfico de Meninas e Mulheres Maranhenses para fins de Exploração do Trabalho.	29/07/2022 15h00	Via Google Meet	Membros do do Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CEPETP) e da Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo do Maranhão (COETRAE). Convidado: Sindicato dos Trabalhadores(as) Domésticos (as) do Maranhão (Sindoméstico-MA).	22
2	Iluminação azul em prédios e monumentos públicos	01/07/2022 a 31/07/2022	Edifício Clodomir Milet; Prefeitura dos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa; Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão; Palácio dos Leões; Palácio Henrique de La Rocque; Câmara de Vereadores; Procuradoria Geral de Justiça; Palácio da Justiça Clóvis Bevilacqua; Casa do Maranhão; Secretaria de Estado da Mulher-SEMU; Casa da Mulher Brasileira.		-

15. REALIZAÇÃO DE ESTUDOS, PESQUISAS, GUIAS, MANUAIS PROCEDIMENTAIS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES

#	Título da Publicação	Ano/Data da publicação	Instituição que realizou	Se houve parceria, qual instrumento utilizado?	Link de acesso
---	----------------------	------------------------	--------------------------	--	----------------

1					
2					
3					
4					
5					

16. PRODUÇÃO E/ OU PARTICIPAÇÃO EM DOCUMENTÁRIOS E/OU VÍDEOS

#	Título do Documentário / Vídeo	Ano/Data da publicação	Instituição que realizou	Se houve parceria, qual instrumento utilizado?	Link de acesso
1					
2					
3					
4					
5					

17. REPERCUSSÕES E/OU DIFUSÃO NA MÍDIA: JORNAL IMPRESSO, RÁDIO, TELEVISÃO E INTERNET

#	Título da reportagem	Mídia (rádio, impresso, televisão e internet)	Link de acesso
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			

18. RELACIONAMENTOS INTERINSTITUCIONAIS

#	Redes/ Colegiados correlatos de enfrentamento ao tráfico de pessoas dos quais participa	Decreto / Ato normativo
1	Rede de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP)	Decreto nº 31.124, de 16 de setembro de 2015
2	Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CEPETP/MA)	Decreto nº 31.124, de 16 de setembro de 2015
3		
4		
5		
6		

Informações complementares

A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) suspendeu, durante o período de 02 de julho a 31 de outubro, as publicações de notícias no site e em suas redes sociais em atenção à legislação eleitoral (Lei nº 9504/97). Diante do exposto, não houve divulgação de campanhas ou materiais alusivos nas redes sociais da instituição, bem como atividade de panfletagem e blitz educativa respeitando o período de vedação eleitoral.